

ACTA Nº 2/2000

Aos vinte dias do mês de Abril do ano dois mil, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
2. Conta de Gerência e Relatório de Actividades do ano de 1999;
3. Quadro de Pessoal - Alteração;
4. Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças - Alteração;
5. Regulamento de Venda de Terreno em Loteamentos Industriais Municipais;
6. Conselho Cinegético Municipal - Representante.

Registando-se quorum estiveram presentes cinquenta e seis membros. Não comparecerem à chamada os senhores Augusto Álvares Pereira de Medeiros, José Manuel Lopes Teixeira Gomes, Pedro Renato Alves Capelo, Cândido Jorge Barroso Gonçalves, Albino Domingos Barroso Pereira, João Gonçalves Surreira, Maria de Fátima Pereira Fernandes, José Ventura Dourado Coelho, António Eduardo Morais Batista dos Santos, João Escaleira Gonçalves, Sebastião Martins Pereira, António Gregório Azevedo Dias e João Batista Verde. Por não estar presente o 2º Secretário, Maria de Fátima Pereira Fernandes, o Senhor Presidente da Assembleia, para completar a constituição da Mesa, chamou o deputado António Bernardes Fidalgo. O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. A acta da sessão anterior foi posta à consideração, tendo os deputados Domingos Vasconcelos e Rogério Borrallheiro feito alguns reparos:

O deputado Domingos Vasconcelos disse mais uma vez, que as actas deveriam ser gravadas porque a pessoa que as redige não é imparcial.

O deputado Rogério Borrallheiro disse que na segunda página da acta, no terceiro parágrafo deveria constar "saudou a Câmara pela realização Feira do Fumeiro que é de grande importância para o desenvolvimento económico e até para o combate à desertificação do concelho". Na página 10 e em relação à intervenção do Presidente da Câmara disse que tinha sido excessiva e que até gostava de o ouvir. Na acta ficou a impressão de que queria ressarcir o tempo do Presidente da Câmara. O que queria dizer é que deveria haver equilíbrio no tempo das intervenções. Saudou a secretária da Mesa pelo modo como redigiu esta acta e disse que de um modo geral está excelente. Disse ainda que o julgamento do seu colega de bancada lhe pareceu excessivo ao dizer que quem as redige escreve aquilo que lhe parece conveniente.

Findas as intervenções a acta foi posta a votação e foi aprovada por maioria com seis abstenções.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, Guilhermina Costa, Domingos Vasconcelos, António Ferreira, Duarte Calhella, Fernando Moura e António Azevedo.

O deputado Acácio Gonçalves perguntou ao Senhor Presidente da Câmara porque é que as quatro obras: Saneamento e água de Meixedo; Parque de Campismo de Penedones; Revitalização da zona do Castelo e beneficiação da variante e acesso à Escola Secundária de Montalegre ainda não foram entregues ao empreiteiro José Moreira Fernandes que foi a empresa que ganhou o concurso já que são obras muito importantes e já deveriam ter sido iniciados os trabalhos. Perguntou ainda porque é que os trabalhos das ruas P.e José Alves e Avelar estão encravados. Disse que o Dec-Lei nº 169/99 confere-lhe o direito de oposição como membro da Assembleia Municipal, mas que não pode usar desse direito plenamente já que a informação que a Câmara lhe fornece chega muito tarde. Disse ainda que, como representante de um partido, nunca foi chamado à Câmara para falar do Plano de Actividades aquando da sua realização, nem para nada. Referiu que há pouco tempo tinha havido na Câmara uma reunião da Rede Social e o CDS/PP não foi chamado para essa reunião quando, na sua opinião, o CDS/PP devia estar presente em todos os actos oficiais e não está porque o Presidente da Câmara não cumpre a Lei e só estão presentes as pessoas para cativar votos.

A deputada Guilhermina Costa iniciou a sua intervenção apresentando-se e saudando todos os deputados já que é a primeira vez que faz parte da Assembleia. Perguntou quais eram os critérios utilizados pela Câmara para obras realizadas ou a realizar, como é o caso do recreio da Escola Pré primária de Montalegre, que não está terminado, e outras obras são acabadas muito à pressa, como é o caso das rotundas; porque é que se vai fazer uma rotunda na Corujeira se a variante ainda não está feita; quais os critérios utilizados para o licenciamento de obras particulares, uma vez que a Lei não é usada de igual forma para toda a gente; Finalmente, perguntou porque é que a demolição da escola primária foi feita pelo Jorge Gomes e não pela própria Câmara, já que foi esta quem demoliu o prédio do José Maria Gomes, na Rua Direita.

O deputado Domingos Vasconcelos pediu o arranjo de dois caminhos na aldeia de Sidrós que dão acesso à Albufeira e a alguns terrenos. Disse que o Senhor Presidente já tinha dito que sim, mas que não os podia fazer todos ao mesmo tempo. Disse que não compreendia porque é que a Câmara fazia caminhos nas serras e outros e aqueles não. Perguntou se as máquinas que os empreiteiros usam são pagas à hora.

O deputado António Ferreira felicitou o Presidente da Câmara pelo acordo estabelecido entre a Câmara e a Junta Autónoma de Estradas para a variante Salgado-Rolo no valor de 135 mil contos. Felicitou e agradeceu ao deputado Alexandre Chaves que conseguiu na Assembleia da República a beneficiação da estrada 103.9 no valor de 430 mil contos. Disse ainda que a única coisa triste tinha sido os deputados do PSD votarem contra esta obra. Finalizou, perguntando se vale a pena ou não ter uma maioria socialista na Assembleia da República.

O deputado José Rodrigues perguntou como é que o Senhor Presidente da Câmara justifica o desvio de 50 mil contos para as piscinas municipais.

O deputado Duarte Calhella disse que a Internet na Biblioteca não está a funcionar. Disse ainda que o Posto de Informação Juvenil merece um espaço maior e que não está muito divulgado porque há muita gente que não sabe que aquele espaço existe. Referindo-se à Pista Automóvel, disse que está excelente e é muito importante que se inclua nas provas nacionais e internacionais porque é uma forma de mostrar que a pista vai dar frutos.

O deputado Fernando Moura disse que era a quarta vez que vinha à Assembleia pedir a ligação da estrada do Barracão ao Cortiço e que já lhe chamam a estrada das promessas. Disse ainda que era verdade que a Câmara está a fazer estradas em todo o concelho, mas esta, no seu entender, tem prioridade. Falou ainda da electrificação da aldeia do Barracão e do último autocarro que vinha de Braga à Sexta-feira que era de grande utilidade para os alunos que estão a estudar fora.

O deputado António Azevedo, Presidente da Junta de Freguesia de Fervidelas, pediu arranjos nos estradões Lamas-Loivos e Lamas-Fervidelas e pediu ainda uma praça de táxis para a aldeia de Lamas.

O deputado Rogério Borrallheiro pediu uma segunda intervenção para esclarecer o que foi dito pelo deputado António Ferreira e disse que a informação não foi bem dada porque a proposta apresentada pelo PS na Assembleia da República, em relação à estrada 103.9, foi no sentido de retirar dinheiro a outras para aplicar nesta. Esclareceu ainda que não foi o PSD que votou contra, mas sim toda a oposição. Lembrou que o PSD propôs o arranjo da estrada Barracão - Chaves e o PS votou contra.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que podiam colocar os problemas que quisessem porque compete ao Presidente esclarecer. Disse que cumpre a Lei e que está disponível para prestar todas as informações, mas que toda a gente deve compreender que não são as deficiências da oposição que o preocupam. Em relação à empresa José Moreira Fernandes e Filhos, disse que ou as pessoas fazem críticas e sabem daquilo que estão a falar, informando-se primeiro, ou então correm o risco de fazerem má figura. As obras de que falou foram adjudicadas à empresa José Moreira Fernandes e Filhos mas existem muitas questões burocráticas. Temos que seguir e esses passos demoram sempre algum tempo. É o que a Lei exige. Três das obras já foram visadas pelo Tribunal de Contas, que demora quase sempre 2 a 3 meses. As obras da rua do Avelar já começaram, mas tiveram de parar devido ao mau tempo e que as outras apenas obtiveram o visto há poucos dias. Disse ainda que enviava as deliberações da Câmara aos partidos que não estavam representados na Assembleia, nem na Câmara. Sobre os documentos que são entregues com oito dias de antecedência pensa que é tempo suficiente. O direito de oposição não dá acesso às reuniões de trabalho que o órgão de gestão promove com quem entende ou com quem lho solicitar. A competência de representação cabe ao Presidente da Câmara e chama quem achar conveniente se houver reuniões com algum dirigente da administração. Em relação à reunião da Rede Social disse que é um assunto muito importante e que foi combinado com a Direcção Sub-Regional da Segurança Social quem deveria estar presente. Disponibilizou-se para prestar todos os esclarecimentos necessários às pessoas que não estiveram presentes na reunião da Rede

Social. Finalmente, disse que para qualquer sessão pública o protocolo é convidado, do qual faz parte o representante do PP.

À deputada Guilhermina Costa disse que os critérios de execução de obras são os da Câmara e não os da oposição e é a Câmara que vai prestar contas ao eleitorado. Disse que estavam em desacordo e tinham que estar porque senão estavam do mesmo lado. Em relação ao recreio do Jardim Infantil disse que foi feita uma obra que devia ser elogiada. Aquele jardim tem aquecimento, tal como já existe em outras freguesias, os técnicos têm condições para trabalhar e as crianças também. Em relação à rotunda da Corujeira disse que não ia ser feita só aquela. Quanto aos licenciamentos de obras particulares, pediu à senhora deputada que fizesse uma participação por escrito e dissesse onde é que existem dois pesos e duas medidas. A Câmara cumpre a Lei e quando a Lei permite condescendência, também o faz, para todos igual. Desafiou a Assembleia a referir um único caso em que, perante assuntos iguais não tenha decidido da mesma maneira. Disse que estavam aqui para poder resolver os problemas às pessoas, não para complicar. Mas, referiu, sempre com o mesmo peso e a mesma medida. Alertou para o facto da deputada Guilhermina pretender referir um caso recente mas o senhor Presidente disse que se ia por aí ia mal porque a Câmara não se intimida com ameaças aos seus funcionários, antes exige o seu respeito e da instituição. Sobre o caso da demolição do prédio do José Maria Gomes disse que isso era uma cassete antiga e que não teve grande sucesso. Não foi a Câmara que fez a demolição do prédio do José Maria Gomes, na Rua Direita. O proprietário deu a pedra para a autarquia que a aproveitou apenas. O aterro e o entulho ficou lá. Disse ainda que quem tem olhos para uma coisa, também devia ter para outra. Isso foi bom para a Câmara e havia muitas pessoas que a pretendiam mas o Sr. José Maria Gomes forneceu-a à Câmara.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse que reconhece certamente que nunca se fez tanto em Ferral como ultimamente. Só o facto de haver uma brigada para aquela zona já é muito bom. Disse-lhe que tem o caminho de Vegide para fazer, que não é assim tão curto, e que beneficia muita gente, só depois serão feitos outros. As máquinas para a Câmara facturam a 3.500\$00, para particulares facturam a 5.000\$00 ou 6.000\$00. É evidente que se uma máquina estiver parada durante 10 ou 15 minutos, a Câmara não vai cortar esse tempo.

Ao deputado António Ferreira disse que a variante Salgado-Rolo já deveria ter sido iniciada, mas a Câmara teve que rescindir o contrato com o autor do projecto. Confirmou aquilo que tinha dito o deputado António Ferreira sobre a EN 103.9 e acrescentou que o deputado Alexandre Chaves teve uma grande atitude ao convencer os deputados da sua bancada a votar a favor desta estrada. Fez aquilo que nunca nenhum deputado fez. Merece o nosso agradecimento.

Ao deputado José Rodrigues disse que quando a gente não sabe pergunta para não se tirarem conclusões precipitadas. Explicou, dizendo que tinha havido um erro no projecto das piscinas municipais. No projecto estava contemplada a escavação do tanque mas não aparecia a quantia e foi necessário quantificar. Não existem trabalhos a mais. Apenas se incluiu um tanque para crianças. Os valores foram todos previstos, são razoáveis e estão dentro da Lei.

Ao deputado Duarte Calhella disse que o Posto de Informação Juvenil tem um espaço, que no seu entender, é razoável e disse que não tem conhecimento da existência de reclamações. Quanto à Pista informou que já há algumas provas marcadas.

Ao deputado Fernando Moura disse que a estrada de que falou, Barracão-Cortiço, não é uma estrada de acesso e para já não é prioridade para a Câmara. Portanto, nem sequer é promessa. Um dos troços já foi pavimentado no tempo do Dr. Pires e o outro já está regularizado. Em relação aos transportes disse que isso cabe às empresas e se houvesse clientes, concerteza que a carreira existia.

Ao deputado António Azevedo disse que as Juntas de Freguesia têm algumas receitas e devem aplicá-las. Quanto à praça de táxis disse que não era rentável em Lamas. Se a Câmara abrisse uma praça de táxi em Lamas, imediatamente o proprietário vinha à Câmara pedir um atestado que dissesse que a praça era inviável economicamente e continuava a haver guerras entre os taxistas. Mas vem aí um regulamento sobre o assunto.

Ao deputado Rogério Borrallheiro disse que o projecto de rectificação da estrada Barracão-Sapiãos está elaborado e vai ser financiado pela JAE.

O Presidente da Assembleia perguntou quais eram as razões do atraso nas obras do loteamento industrial de Salto.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que foi feito um investimento de cerca de 70 mil contos no loteamento industrial de Salto e que o projecto tinha sido alterado e passou a haver 16 lotes para se viabilizar e justificar o próprio investimento. Informou ainda que dentro de pouco tempo a Câmara pode vender os terrenos. Em termos de obras não há atrasos, os investidores podem vir à Câmara com o projecto e se este for aprovado podem avançar com as obras. Não há nenhum projecto parado.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Acácio Gonçalves, Guilhermina Costa e José Rodrigues.

O deputado Acácio Gonçalves disse que quando pergunta é porque tem dúvidas. Disse ainda que na reunião da Rede Social havia uma presença lacónica.

A deputada Guilhermina Costa disse que relativamente aos critérios a utilizar na escolha das obras, o senhor Presidente com arrogância, respondeu que eram os dele e que vai responder por eles e quem não concorda com eles vai ter de esperar 4 anos. Deu, como exemplos de haver dois pesos e duas medidas em licenciamentos - O loteamento da Corujeira, disse que as obras começaram em Agosto e não está licenciado, quando acontece com um particular é multado; o Dr. Barroso da Fonte construiu uma obra a sete metros de distância de uma escola, a Paula de Lamachã não pode construir a 20 metros.

O deputado José Rodrigues disse que não duvidava que tudo estivesse legal, referindo-se à verba de 50 mil contos das Piscinas Municipais e que o Presidente da Câmara não corria esse risco. Disse que só ficou admirado pelos técnicos da Câmara, com a experiência que têm, não se terem apercebido desse erro.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos intervenientes.

Ao senhor deputado Acácio Gonçalves disse que voltou a pôr em causa os direitos da oposição. Mas dizer de forma genérica que o estatuto da oposição não é cumprido, não é nada, e que está pronto para aceitar propostas.

À deputada Guilhermina Costa respondeu, dizendo que não tinha dito que os critérios que eram dele, mas sim do Executivo Municipal. Também não o disse com arrogância, disse-o sim com a convicção de quem ganhou as eleições e quem está a fazer um trabalho sério. Perguntou se achavam que o município está tão abastado para poder fazer outra escola, quando as nossas crianças estão muito bem instaladas. Na questão dos dois pesos e das duas medidas pediu que lhe dissessem onde é que em casos iguais há diferenças na decisão. Não há, o que existe é a ideia de condescendência para toda a gente quando a Lei permite. Se um projecto está na Câmara, as pessoas podem avançar porque o Presidente da Câmara não anda à caça da multa. No caso da Paula de Lamachã o que aconteceu é que existe uma construção clandestina e quem a inviabilizou foi o Ministério da Educação, não foi a Câmara. O caso do Barroso da Fonte, o Senhor Presidente da Câmara referiu que desconhecia o que se estava a passar e que só sabe que há grande guerra entre ele e a professora.

Ao deputado José Rodrigues disse que de facto existia um erro grosseiro por parte dos técnicos no projecto das Piscinas, mas garantiu que não ia haver nenhum prejuízo para a Câmara. Disse que não quis esconder nada com o receio de que o projecto fosse chumbado e o aumento à verba vai ser feito.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer toda a correspondência. Informou que o senhor José Manuel Roque tinha sido convocado para substituir o deputado Miguel Constantino Aguiar Vasconcelos Pereira e que tinha respondido com a renúncia do seu mandato. Por esse motivo convocou-se o membro seguinte, Albino Domingos Barroso Pereira. Informou ainda que o deputado Fernando Calvão pediu a suspensão do mandato, por 90 dias, para fazer parte do Executivo Municipal e que tinha sido substituído pela deputada Guilhermina Costa. Deu ainda conhecimento de uma carta vinda do Grupo Parlamentar do PCP, do deputado Agostinho Lopes, sobre o escoamento da batata. Finalmente, informou que o Governo vai alterar a Lei sobre as competências das Assembleias Municipais a pedido da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Actividade e Situação Financeira da Autarquia

O Senhor Presidente da Câmara, através de um relatório e outros documento, explicou a Situação Financeira da autarquia no período que decorreu desde a última sessão até à presente data.

Inscreveram-se para intervir os senhores deputados Rogério Borrallheiro, Domingos Vasconcelos, José Manuel Carvalho e António Ferreira.

O deputado Rogério Borralheiro falou nos investimentos que se têm feito nas eólicas e nas hidro-eléctricas. Realçou a necessidade que há em fazer investimentos de modo a ponderar o futuro porque este não se avizinha muito risonho uma vez que, com o alargamento da CE, os fundos comunitários vão ser encaminhados para os países de Leste. Congratulou-se com a realização de alguns investimentos feitos e disse que a Câmara e o concelho têm necessidade de investir no futuro para que esta região não dependa tanto dos fundos comunitários.

O deputado Domingos Vasconcelos perguntou se a empresa multimunicipal é privada ou se é gerida por um conselho de administração ou pela autarquia. Perguntou ainda se o pessoal da Câmara irá trabalhar para essa empresa.

O deputado José Manuel Carvalho disse que o Senhor Presidente da Câmara tinha referido que os caminhos agrícolas devem ser arrançados por quem recebe os lucros da floresta. Disse ainda que quase todos os anos passa na freguesia de Salto um ralli que deixa alguns caminhos destruídos. Pergunta quem é o responsável.

O deputado António Ferreira louvou algumas componentes que aparecem no relatório e sobretudo a parte ecológica. Falou da quantidade de árvores que foram plantadas no parque da Ponte de Pedra; do parque de Frades, dizendo que indicia um parque bonito, assim como o de Sezelhe. Disse que ficou triste com a notícia que saiu num jornal da terra sobre as Etar's de Montalegre e Salto. A Etar de Montalegre funciona tão bem ou melhor que algumas do país e funciona melhor que a de Chaves. Disse que o autor da notícia foi também o autor da instalação da Etar naquele sítio, quando a bancada do PS se manifestou sempre contra. Agora vem dizer mal da Etar, dizendo que o rio está sujo e que causa maus cheiros. Disse ainda que pessoalmente não concorda com a Etar naquele local, mas que quando se pensar em mudá-la é preciso colocá-la em sítio onde não cause nenhum tipo de problema às pessoas.

Findas as intervenções sobre o primeiro ponto, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.

Concordou e reforçou o que tinha sido dito pelo deputado Rogério Borralheiro, dizendo que devemos encontrar sempre as melhores soluções para produzir receitas. Em relação ao futuro não podemos pensar que vai ser assim tão triste. Podemos ter o maior núcleo de energia eólica do país e outras coisas ainda virão.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse que há vários tipos de empresas municipais e multimunicipais. A empresa para resíduos sólidos vai ser a nível do Alto Tâmega, as Câmaras vão ter 49%, esse dinheiro vai sair dos Empreendimentos Hidroeléctrico do Alto Tâmega e Barroso e quem vem gerir a empresa será um Conselho de Administração que irá ser nomeado. Relativamente à questão das águas e saneamentos, o Presidente da Câmara informou que o Senhor Ministro disse que queria uma grande empresa para Trás-os-Montes, disse ainda que as Câmaras do Alto Tâmega defendiam uma só para a sua zona. Quanto ao pessoal, disse que havia a hipótese de poder escolher entre a Câmara e a empresa com a possibilidade de voltar para a Câmara se escolherem a empresa porque os lugares ficam em aberto.

Ao deputado António Ferreira disse que concordava com ele e acrescentou que não se pode dizer uma coisa quando se está no poder e outra quando se está na oposição. Toda a gente sabe de quem é a responsabilidade da Etar que funciona bem, tal como foi concebida, e funciona melhor que a de Chaves.

Ao deputado José Carvalho disse que não tinha dito que não arranjava os caminhos, o que disse é que quem recebe os lucros têm algumas obrigações. Não se pode comparar o rally porque não traz receitas para ninguém e além disso é uma forma de promover o concelho. Quando as Juntas de Freguesia não têm dinheiro a Câmara dá; quando têm devem assumir as suas responsabilidades.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Conta de Gerência e Relatório de Actividades do ano de 1999

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveram-se para intervir os deputados Rogério Borralheiro, António Ferreira, António Leitão, José Rodrigues, José Coelho e Guilhermina Costa.

O deputado Rogério Borralheiro disse que, depois de ouvir a síntese feita pelo Senhor Presidente da Câmara, chama a atenção para a diferença que há entre o montante das receitas próprias e as receitas provenientes de outros organismos. No montante global de receitas de capital e receitas correntes alertou sobre a necessidade que há de o concelho poder garantir receitas próprias e não contar só com o dinheiro do Estado. O Fundo de Coesão visa equilibrar os desequilíbrios que existem no país e actualmente o Governo é este, amanhã poderá ser outro e o Fundo de Coesão pode alterar. A execução financeira só existe através de um empréstimo de 600 mil contos, o que agravou a dívida três vezes mais daquela que existia no tempo do Dr. Pires, e deve-se ter alguma cautela porque constitui um encargo grande. Actualmente a Câmara tem uma dívida de um milhão e meio de contos, tendo em conta os empréstimos e os leasings. Lembrou que a promessa bandeira do Partido Socialista em 89, e que o levou à vitória, foi o abrandamento da dívida, por isso deve ser cumprido aquilo que prometeram. Perguntou se a dívida em 89 não tinha sentido e se hoje tem. Disse que a receita de capital era de 900 mil contos e a realização foi de 55%. Perguntou porque é que a Câmara não consegue realizar esta receita de capital e tem de se socorrer de empréstimos. Disse que não discutia nem punha em causa as obras que a Câmara tem feito e que as obras pequenas podem resolver os problemas da pessoas. Sem dúvida que as rotundas embelezaram a vila e que a articulação com a Junta de Freguesia de Montalegre correu bem. Continua com dúvidas acerca do investimento na Pista porque pensa que o concelho não tem vocação para o automobilismo e que no seu entender faria mais sentido o investimento no turismo fluvial, nas duas barragens Pisões e Venda Nova. Se a Câmara quer investir no automobilismo, então que crie um clube para não termos a necessidade de ser o Motor Clube de Guimarães a realizar as provas. Finalmente, perguntou porque é que a Câmara entrega trabalhos a uma empresa gráfica espanhola e não entrega a empresas portuguesas.

O deputado António Leitão perguntou se o preço do m² do alcatrão é diferente das estradas nacionais porque, segundo o relatório, foram gastos 9.500 contos numa obra

em Meixide que lhe parece um exagero, não são mais do que 250 m², e se assim foi perguntou quanto custará o arranjo da estrada de Vilar de Perdizes a Soutelinho. Disse ainda que quem deveria pagar essa obra deveria ter sido o proprietário da pedreira e não a Câmara.

O deputado José Rodrigues disse que globalmente o documento apresentado era de difícil compreensão. A rubrica Centro de Artesanato e Museu Etnográfico está cabimentada com 107.500 contos, perguntou onde era o Centro de Artesanato e o Museu Etnográfico.

O deputado José Coelho louvou os trabalhos constantes no documento e pediu arranjos nos caminhos das nove aldeias da sua freguesia durante o verão.

A deputada Guilhermina Costa perguntou se a dívida que aparece no documento à Junta de Freguesia de Padroso é referente a expropriações na estrada da Fronteira.

O deputado António Ferreira disse que os documentos apresentados estavam muito completos e minuciosos, deu os parabéns aos funcionários da Câmara pela sua realização. Disse que não restavam dúvidas de que o documento iria ser aprovado, mas se alguém tivesse dúvidas em aprová-lo, então sugeriu que se levantasse todo o alcatrão e calçadas e, quando aparecerem obras para serem aprovadas, os membros da Assembleia que votem contra.

O deputado Acácio Gonçalves disse que os valores do executado com o planeado estiveram mais ou menos aproximados. Houve grande investimento e pouca despesa. Verifica-se que houve meio milhão de investimento a mais e a despesa corrente não variou muito. Fez também alguns reparos, dizendo que a Câmara está a tomar dimensão demais como empresa de construção e entra em concorrência desleal com as empresas. Faz muitas obras como qualquer empreiteiro que tem os seus compromissos fiscais em dia e a Câmara não tem essas obrigações. No seu entender a Câmara nasceu para administrar e não para executar. De seguida fez alguns reparos a algumas rubricas: no Piter - Centro de Artesanato e Museu Etnográfico - disse que este Museu ainda não existe, mas tem uma dotação de 107 mil contos. Disse que a relação de transferências e subsídios atribuídos não correspondia à verdade e que o projecto boi do povo, dotado com 17 mil contos, ainda não tinha visto obra nenhuma. Finalmente, disse que os subsídios atribuídos à Associação Borda D'Água e à Cooperativa não estão discriminados.

O deputado Domingos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Meixide, disse que se tinha falado muito na Rua do Pedreira e que quem não conhece pode pensar que é o caminho que dá acesso à pedreira e não é, é uma rua da aldeia.

Findas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.

Ao deputado Rogério Borracheiro disse que se estivesse no lugar dele também levantaria a questão da dívida, mas existe uma diferença, é que agora há dívidas com obras porque obras sem dinheiro o Presidente da Câmara diz que não sabe fazer. Tem havido uma boa execução da Câmara que está a 33% da capacidade de endividamento.

Disse que pagava a dívida num ano se deixar de fazer obras e que tinham feito a consolidação da dívida anterior, que tinham juros mais altos e aproveitaram-se as baixas taxas de juro. Além disso o FEF tem aumentado e as receitas também aumentaram. Tem-se feito um esforço muito grande. Quando esta Câmara entrou só havia de receitas de água 2.500 contos, actualmente recebe mais de 25.000 contos; ninguém pagava o saneamento, hoje toda a gente paga. Disse que não estavam aqui para fazer política barata, nem demagogia, nem uma gestão só simpática. Relativamente à Pista Automóvel, disse que tinha obrigação de a fazer porque a tinha prometido em campanha eleitoral e que não esconde as despesas da pista porque dá grande projecção à terra. Disse ainda que não promove só o desporto automóvel. A Câmara tem apoiado as regatas e o desporto fluvial e fez-se um acordo com o INATEL para promover o desporto náutico, o desporto aventura e o lazer. O Motor Clube de Guimarães é o clube que promove o Rallycross na Pista e dá apoio às provas.

Ao deputado António Leitão disse que não gostava que não se dissesse a verdade. Falou em 250m2 e a Câmara não fez só a Rua do Pedreira fez muito mais. Disse-lhe que ele era empreiteiro e que sabia muito bem quanto eram 250m2. São preços mais altos porque incorpora mais mão-de-obra e são aceitáveis, estão dentro do preço da calçada. Disse ainda que aplicaram dinheiro no acesso à Escola e não para a pedreira e sim também na rua dos pedreiros.

Ao deputado José Rodrigues disse que as obras de que falou deviam estar discriminadas e deviam ter as quantias, mas estão incluídas no Piter. Essas obras fazem parte da candidatura Piter, que já está aprovado, e a autarquia vai receber algum dinheiro.

Ao deputado José Coelho disse que iria fazer os caminhos na sua freguesia quando houvesse disponibilidade.

À deputada Guilhermina Costa disse que a dívida à Junta de Freguesia de Padroso correspondia a arruamentos e é uma dívida que já se arrasta há algum tempo. Ainda no tempo do Carvalho de Moura, a Câmara fez uma expropriação a um particular. Entretanto, a Junta reclama o terreno, como sendo seu, e mete o proprietário em tribunal; a Junta ganha a posse do terreno, mas o tribunal diz que não é proprietária.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que tinha referido o equilíbrio das contas. Em relação à rotunda disse que houve duas intervenções - Boi do Povo e Emblema do Barroso e que foi uma candidatura paga a 75% pelo Interreg e 25% pela Câmara, o restante entrou na rotunda que é uma obra à parte. Disse ainda que não tinha havido transferências para a Cooperativa, o que tinha acontecido era que a Câmara tinha encomendado trabalhos à Cooperativa e esses trabalhos foram facturados.

Pediram uma segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa e José Rodrigues.

A deputada Guilhermina Costa disse que a questão da titularidade dos terrenos era do tribunal. A Câmara pode ser acusada como litigante de má fé e isso é muito grave porque a Câmara foi mentir a tribunal.

O deputado José Rodrigues disse que o Senhor Presidente da Câmara não se tinha pronunciado sobre as quantias que estavam destinadas a cada uma das obras incluídas na candidatura Piter.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que não tem qualquer crítica a fazer ao poder judicial. Se houve erro, esse erro foi técnico e não político. A Junta concerteza que não vai ficar sem o dinheiro e, se tem a posse, vai querer os restantes direitos. Disse ainda que não tinha no momento os montantes que cabem a cada uma das obras, mas que a maioria da despesa se referia à Pista Automóvel.

O Senhor Presidente da Mesa pôs à consideração da Assembleia a votação da Conta de Gerência e do Relatório de Actividades serem votados em conjunto, o que foi acordado por unanimidade.

Deliberação: A Conta de Gerência e o Relatório de Actividades do Ano de 1999, foram aprovados por maioria com seis abstenções.

3. Quadro de Pessoal - Alteração

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia, dizendo que havia a necessidade de adequar à legislação o Quadro de Pessoal.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves que disse que o Quadro de Pessoal já tinha sido alterado em 98 e em 99. Perguntou porque é que ficou um lugar cativo na carreira de Administrativo Principal e quis saber quem foi o técnico superior de 2ª classe que ocupou o lugar.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que foram feitos alguns acertos por força da alteração legislativa. Disse ainda que o lugar cativo de que tinha falado o deputado era da funcionária Maria João que passou para o Gabinete de Apoio à Presidência e a técnica superior é a funcionária da Biblioteca que entrou para o Quadro.

Deliberação: A proposta Quadro de Pessoal - Alteração, foi aprovada por unanimidade.

4. Regulamento de Tabela de Taxas e Licenças - Alteração

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu a Assembleia. Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves que disse que em Março de 99 a Câmara deliberou e foi aprovado por unanimidade o aumento do custo de ramais de água e esgotos. Perguntou se este aumento é referente só a trabalhos ou se é considerado só as taxas. Em seu entender dois aumentos em tão pouco tempo parece-lhe exagerado.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que tem de fazer uma actualização das taxas à realidade porque estavam a custos baixos. A Câmara faz o ramal e as pessoas pagam da caixa até casa. Isto são taxas, não tem nada a ver com tarifas. Disse ainda que a melhor coisa era ninguém ter que pagar nada, mas a Lei obriga a Câmara a cobrar taxas. Foi feito um acordo entre as Câmaras do Alto Tâmega para que não houvesse desequilíbrios entre os vários municípios.

Deliberação: A proposta de regulamento de Tabela de Taxas e Licenças foi aprovada por maioria com duas abstenções.

5. Regulamento de Venda de Terrenos em Loteamentos Industriais Municipais

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu este ponto, dizendo que a Câmara ia limitar a venda dos terrenos no loteamento industrial. Referiu que não vão vender lotes para as pessoas construírem armazéns nem estaleiros, só serão vendidos os lotes a quem quiser montar indústria para criar postos de trabalho.

Inscreveram-se para intervir os deputados, Guilhermina Costa, Acácio Gonçalves e António Ferreira.

A deputada Guilhermina Costa disse que no regulamento não constavam os requisitos da candidatura. Perguntou o que é que as pessoas tinham de fazer para comparar um lote.

O deputado Acácio Gonçalves referiu-se à redacção dada ao artigo 7º do regulamento, dizendo que não lhe parece a melhor.

O deputado António Ferreira perguntou que sanções a Câmara ia aplicar a quem não criasse indústria e se este documento regulamenta o outro loteamento industrial.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que este regulamento será para impor normas e restrições e que o podiam vender em hasta pública e a Câmara ficava a ganhar dinheiro porque o recebia todo junto e podia fazer outra obra. Informou ainda que a compra de um lote faz-se através de um requerimento dirigido à Câmara, que ficará em reserva durante seis meses. Disse ainda que este regulamento evolui relativamente ao anterior e algumas pessoas já pagaram mais de multas do que aquilo que custou o lote.

Deliberação: Aprovado por maioria com uma abstenção.

5. Conselho Cinegético Municipal - Representante

O Senhor Presidente da Assembleia informou que era necessário eleger um representante da Assembleia para o Conselho Cinegético Municipal. Candidatou-se ao lugar o deputado António Bernardes Fidalgo que foi eleito por unanimidade.

Finda a Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade o seguinte Voto de Pesar pelo falecimento do funcionário Elias de Jesus Antunes:

"A Assembleia Municipal do Concelho de Montalegre, propõe um voto de pesar pelo desaparecimento de um competente funcionário municipal e de um bom montalegrense, ELIAS DE JESUS ANTUNES."

Foi também aprovado, por unanimidade, o seguinte Voto de Louvor e de reconhecimento à família A. Machado e Filhos, Lda pelo investimento feito em Montalegre:

"Proponho um voto de louvor e de reconhecimento à Empresa A. Machado e Filhos, Lda pelo investimento feito nesta Vila, dotando-a de uma infra-estrutura hoteleira de alta qualidade"

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público, que não quis intervir. A seguir foi lida em voz alta a minuta desta acta que posta a discussão e votação foi aprovada por unanimidade.

Por não haver nada mais a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

No prazo legal justificaram as faltas os senhores João Gonçalves Surreira, António Eduardo Morais Batista dos Santos, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, António Gregório Azevedo Dias, Sebastião Pereira Martins, João Batista Verde e José Manuel Lopes Teixeira Gomes que lhe foi justificada a falta, pois veio a encontrar-se a carta relativa à mesma, no Centro de Saúde de Montalegre para onde tinha sido enviada dentro do prazo legal.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário
